

# SINAL

AUDIO  
VIDEO  
SCRIPTO

REVISTA  
DO PROJECTO  
UNIVERSIDADE  
ABERTA

Periodicidade  
Trimestral

Ano  
1987  
Número 10

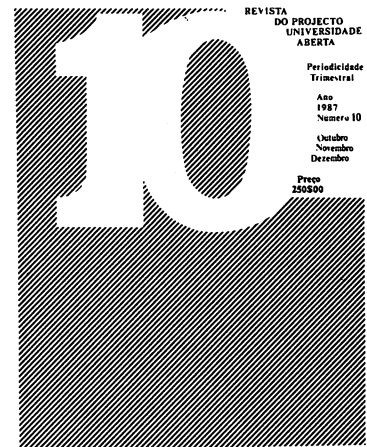
Outubro  
Novembro  
Dezembro

Preço  
250\$00

# 10

# SINAL

AUDIO  
VIDEO  
SCRIPTO



Projecto UNIVERSIDADE ABERTA

# SINAL<sup>AVS</sup>

REVISTA DO PROJECTO UNIVERSIDADE ABERTA  
— PALÁCIO CEIA — Rua da Escola Politécnica, 147, —  
Tel. 67 23 18 — 1200 LISBOA / Periodicidade: Trimestral /  
/ ANO III / N.º 10 / OUTUBRO, NOVEMBRO e DEZEMBRO  
1987 / DIRECÇÃO: Maria Emília Ricardo Marques e Maria  
Emília Cordeiro Ferreira / Composto e Impresso na Editorial  
do Ministério da Educação — Depósito Legal n.º 6209/84 /  
/ Preço 250\$00 / Assinatura Anual (4 números): 750\$00.  
A Direcção reserva-se o direito de recusar textos não solicita-  
dos, enviados para publicação.



## EDITORIAL

São hoje cada vez mais importantes os estudos sobre problemas quer de percepção — leitura — compreensão — interpretação, quer sobre estratégias de cognição.

Daí a importância que temos vindo a dar à leitura, em sentido lato, de documentos audio, vídeo e, naturalmente, scripto.

Daí também o papel dominante atribuído à noção de estratégia na compreensão da linguagem e do discurso.

Tais posições virão a exigir outras transformações: a do ensino do Português a vários níveis e — sobretudo, quando na formação/reconversão profissional de adultos, seja esta feita, ou não, em empresa ou em fábrica. Não esqueçamos que aquele ensino, mais do que qualquer outro, se insere «no processo geral de enculturação».

## NESTE NÚMERO

- 7 — «La Education Permanente en el Ambito Empresarial»
- 15 — Discurso Político Argumentativo
- 33 — Transcrição de Cassette (Palestra 29/4/85)

## PRÓXIMO NÚMERO (11)

O próximo número desta revista será dedicado ao projecto «Production Harmonisée» da Agence de Coopération Culturelle et Technique.

# «LA EDUCACION PERMANENTE EN EL AMBITO EMPRESARIAL»

Uma maneira algo pragmática de encarar a Educação é inseri-la no processo geral de **enculturação**. Desde que nascem até que se passam deste mundo, os seres humanos acumulam e integram informação, modelam comportamentos, definem-se por atitudes que, no plano da vivência pessoal e da convivência social, acabam por conferir-lhes uma individualidade e uma personalidade que os distingue de todos os outros.

Esta aprendizagem contínua, que é tanto uma apreensão intelectual e emocional do mundo que nos rodeia, como uma aquisição da capacidade de produção pessoal de actos autónomos com que nós próprios influenciámos e fazemos modificar esse mundo, ocorre ao longo de fases distintas do nosso amadurecimento físico, mental e social, mediante o enquadramento de agentes educacionais formais ou informais que actuam junto de cada ser humano.

A mãe e a família próxima, nuclear, são os responsáveis pela primeira fase dessa abertura para o mundo, desde o processo de aprendizagem do andar, do gesto, da fala, da postura e da relação; do prático e do ético, do manual e do mental, do racional e do afectivo, do conhecer e do sentir emocional.

A autonomia do novo ente vai-se adquirindo através de aproximações sucessivas, numa situação de comparação dialéctica entre o afirmativo e o negativo; entre o que pode e o que não se pode, ou não se deve, fazer; entre o certo e o errado; entre o bem e o mal; entre o prémio e o castigo.

Esta forma de modelar a personalidade e o comportamento é já o reconhecer de uma forma — primária embora — de arbítrio pessoal e de autonomia de decisão, confinada, é certo, ao quadro estrito e limitado de um círculo familiar.

Mais tarde, na escola, introduz-se um método mais sistematizado, mais programado, mais generalizado, de prosseguir a educação individual e social. Neste último plano, a criança aprende agora uma relação horizontal nova, com os colegas da mesma idade e com o mesmo estatuto que o seu próprio, passando a fazer parte de um grupo que está sujeito a regras gerais e a normas de comportamento colectivo. Por delegação da sociedade, o professor exerce a sua função educacional numa relação assimétrica, vertical, com os alunos, assumindo a função de condutor, ou líder, de um processo organizado e estruturado de formação para o seu futuro.

Assim, a escolaridade obrigatória aparece — ou deveria aparecer — como uma forma de perfazer a formação para a cidadania (e não como um mero degrau inter-

médio para futuros estudos ou futuras formações): visa instilar os conhecimentos e induzir os comportamentos que habilitem cada um dos novos cidadãos a desempenhar cada um dos papéis sociais a que a sociedade complexa (tanto tecnológica como socialmente) dos tempos de hoje os irá obrigar; mas a desempenhar esses papéis de forma harmonicamente inserida e activamente participativa, volitiva e auto-determinada, sem rejeitar a conformidade mas sem rejeitar as rupturas.

A escolaridade básica e obrigatória deve constituir um substracto educacional comum que cada adulto possua, que o habilite no futuro a constituir e a sustentar uma nova família, a exercer uma actividade profissional, a optar numa votação; a compreender e utilizar as tecnologias que aparecem na sua vida diária, desde o automóvel ou a máquina de lavar, ao quadro eléctrico da sua habitação; a entender a amortização de um empréstimo e a preencher uma folha de imposto de renda; a aceitar e a compreender as leis que o orientam e disciplinam; a alimentar-se correctamente e a zelar pela sua saúde; a conviver com colegas, com vizinhos, com parentes ou com desconhecidos; a exprimir-se correctamente na sua língua materna e a compreender algo das que mais se falam no espaço geográfico e político onde o seu país se encontra inserido. Finalmente, a conhecer a sua sociedade e o seu país, de modo a extrair desse conhecimento os elementos de uma identidade cultural que o defina como elemento de um corpo colectivo bem caracterizado.

Este conceito e a orientação resultante, do que deverá ser a escolaridade obrigatória condicional, de certo modo, todas as subsequentes fases das décadas que o processo de enculturação ainda ocupará, até ao fim de vida de cada cidadão.

Na realidade, a evolução tecnológica é (apenas com base no que empiricamente verificamos na nossa particular escala de tempos) um processo diabolicamente acelerado: a maioria de entre nós assistiu ao nascimento do motor a jacto, da televisão, da era espacial, do computador, do micro-processador, das transplantações cardíacas, da biotecnologia, da engenharia genética, da fissão e da fusão nuclear.

Estas e outras inovações alteraram os isolamentos geográficos, fizeram evoluir as relações e interdependências económicas, mudar as alianças ou os antagonismos políticos; mas, sobretudo, modificaram as profissões e os conhecimentos e capacidades profissionais antes julgados suficientes ou adequados — e, sem dúvida alguma, fizeram evoluir os nossos hábitos do quotidiano, os nossos gostos, as nossas necessidades.

Se a evolução da tecnologia — e todas as outras evoluções que lhe estão associadas — prosseguirem em ritmo pelo menos tão acelerado como até aqui, torna-se imperativo, para impedir a desactualização tecnológica (mas também social e económica) dos cidadãos e da sociedade que constituem, adoptar uma estratégia anti-obsolescência. E, porque ela terá de abranger a maioria dos cidadãos e não apenas uma pequena parte destes, devem ser seus alvos principais a **escolaridade obrigatória** no que esta envolve de preparação de base para o futuro; e a **educação permanente**, como único processo de correcção e inflexão do presente.

Pode parecer anómala a nossa fixação em duas fases de formação distintas e disjuntas, separadas quiçá por largos anos, saltando sobre possíveis fases intermédias onde podem ocorrer níveis de ensino formal: cursos complementares secundários, cursos técnico-profissionais, cursos médios ou superiores. As razões para esta descontinuidade conceptual tornar-se-ão mais aparentes em seguida.

Na realidade, um primeiro argumento liga-se à generalidade e universalidade da escolaridade obrigatória, abrangendo **todos** os elementos de um conjunto de classes etárias contíguas. O volume de estudantes, a sua dispersão geográfica e o número de anos envolvidos, conferem ao subsistema do ensino básico uma tremenda inércia que o tornam difícil de modificar — ou de fazer evoluir significativamente — em prazo curto. As reformas de fundo do ensino básico tendem, assim, a estar separadas por várias décadas, não sendo viável postular que esse nível escolar consiga manter-se sempre a par da evolução cultural, tecnológica e social, senão em casos de sociedades totalmente estagnadas.

Daí que, para que os mecanismos anti-obsoloscência possam ser inseridos nesse período de escolarização, eles devem estar mais ligados à modelação de atitudes e de comportamentos, do que repousarem em constantes actualizações curriculares. Ensino eclético, aberto, questionador, que inclua motivações para a inovação, para a criatividade, para a invasão audaciosa de novos terrenos de conhecimento ou de habilidade; ensino que motive a curiosidade e a interrogação, que se afaste do dogmatismo, das certezas absolutas e do amor à estabilidade excessiva.

São menos críticos os outros níveis e graus de ensino formal, apenas na medida em que a sua inércia de resposta é menor e mais interactivas as suas relações com a sociedade extra-escolar; e lembremo-nos ainda de que são mais autónomos e diversificados os cursos e os estabelecimentos de ensino, menos numerosos os alunos e mais passíveis de actualização os professores que os ensinam.

As nossas escolas superiores e universidades não são, hoje, torres de marfim isoladas e auto-suficientes; a investigação científica e a interacção com o mundo empresarial conferem-lhes os instrumentos necessários para que os seus cursos evoluam, acompanhando com graus variáveis de proximidade, o modo como a sociedade progride em termos tecnológicos, sociais e culturais.

Porém, não basta que um jovem formado por uma escola profissionalizante (seja ela superior ou não) entre no mundo do trabalho com uma formação e um perfil razoavelmente adaptado às necessidades actuais desse mundo; a perspectiva, se mecanismos correctos não aparecerem entretanto, é de que o seu capital próprio de competência profissional se vá desvalorizando com a inflação evolutiva da tecnologia. Hoje competente e seguro — amanhã desactualizado e redundante — eis uma situação que teremos de evitar a todo o preço.

### **A Formação Permanente**

Em 1978 tive a oportunidade de discutir, com responsáveis da Faculdade de Medicina de Lisboa e do Ministério da Saúde, a questão da obsolescência rápida dos conhecimentos médicos.

O problema podia definir-se, resumidamente, do modo seguinte: um médico no meio da sua vida profissional activa teria saído da Faculdade de Medicina há cerca de 20 anos; se tivesse optado por uma carreira não hospitalar, e se se tivesse fixado em exercício liberal num ponto do país afastado dos grandes centros, (onde quiçá o hospital mais próximo estivesse a uma dezena de quilómetros), a falta de convívio científico e profissional teria consequências graves em relação à sua formação técnica.

É impensável chamar às Faculdades de Medicina ou aos Hospitais Escolares, toda esta população dispersa e numerosa, para acções de actualização com duração significativa: já por razões de encargos a suportar, já pelo desguarnecimento dos próprios lugares em caso de ausência prolongada, já finalmente, pela impossibilidade de assegurar espaços e enquadramentos suficientes para essas desejáveis acções de complemento de formação. Na situação que, na sua ausência, se verifica, os únicos veículos de actualização científica e técnica são as revistas médicas e a literatura que acompanha a distribuição de produtos farmacêuticos.

Reduzida a questão a estas premissas, a solução experimental adoptada foi a da realização de um conjunto de programas de informação, em suporte vídeo, para os clínicos de todo o país. Para reduzir a extensão de matéria a uma dimensão aceitável, foi esta reduzida à situação da emergência médica (por exemplo os casos de peritonite, hemorragia pós-parto, paragem cardíaca, etc.).

Designada por «Ciclo de Palestras Clínicas», esta acção foi constituída por um conjunto de 20 programas com duração média de 30 minutos cada, emitidos pela Televisão Portuguesa fora dos períodos normais de emissão, em horário de que foram informados os médicos por via de uma circular da respectiva Ordem.

Esta iniciativa obteve um sucesso admirável, que atribuímos às razões seguintes:

- Respondia a uma situação de efectiva carência, sentida e causadora de preocupação, junto da população-alvo;
- A utilização de um meio de comunicação de massas (a televisão) permitiu atingir — salvo casos de impedimento pessoal — a totalidade dessa população;
- O recurso a professores de certa idade e longa experiência era adequado e conforme à idade mediana dos utilizadores;
- A escolha dos assuntos tratados revestia intrinsecamente uma importância significativa para os profissionais médicos; eles tiveram, por outro lado, a consciência de que se tratava de uma oportunidade rara de beneficiar de uma acção de actualização quase impossível de realizar por outro modo.

O exemplo que escolhi para o tratamento deste assunto não deve constituir, no meu entendimento, mais do que um motivo de reflexão ou de ilustração para o problema muito mais vasto de formação profissional permanente.

Se postularmos que um indivíduo cumpriu uma escolaridade básica adequadamente (e não apenas classicamente) orientada; que recebeu uma formação profissional **formal** subsequente, qualquer que seja o seu nível; que entrou na vida activa, onde terá ganho experiência profissional, com a integração de novas capacidades e conhecimentos — põe-se a questão de saber:

- Qual a duração média de vida dos novos conhecimentos e técnicas que adquiriu e que lhe permitam exercer, qualificadamente, essa profissão;
- Qual o agente a quem deve ser cometido o encargo de garantir a actualização periódica desse profissional.

Claramente, a duração de vida útil dos conhecimentos profissionais adquiridos depende primeiramente do ramo técnico a que se refere e da exacta tarefa desempenhada: admitimos que um montador de electrónica sentirá mais rapidamente a evolução das tecnologias que é capaz de utilizar, do que acontece para um artesão, cuja arte se transmite, quase sem alteração, através das gerações.

Mas até em casos de tecnologia tradicional pode haver situações de desadequação súbita de capacidades e de perfil de conhecimentos: é clássico o caso de agricultores habituados a culturas de sequeiro que se sentem forçados psicologicamente a largar a terra que trabalhavam quando esta passa a ser irrigada. Mudam as culturas, as tarefas e os prazos em que devem ocorrer, tornando o agricultor, mesmo que experiente na generosiadde, indefeso perante uma nova situação que não domina.

Em situação de grande empresa, o problema da actualização e da reconversão profissional é por vezes complicado de resolver nalguns aspectos, embora mais simples em outros. Um caso típico é a necessária mutação de uma electrónica de base analógica para uma tecnologia digital.

Na medida em que essa conversão afecta radicalmente tanto os equipamentos produzidos, como o modo de os produzir, ela obriga ao reequipamento completo das empresas; obriga à adopção de toda uma nova maneira de projectar, de fabricar e de montar, afectando projectistas e técnicos superiores, capatazes, operários e pessoal de controlo e ensaio de produtos. Implica toda uma nova gama de fornecedores de matérias-primas, novas técnicas de aprovisionamento, de gestão de *stocks* e de acondicionamento e embalagem; conduz a outros clientes, outros mercados, outras técnicas de comercialização; quiçá, implica outra dimensão, outra localização, outra gestão de empresa. Tudo isto, com a gravidade suplementar de poder ter que ser tudo retomado de novo, dez, quinze ou vinte anos após.

Do que se enunciou, o mais difícil de alterar são as competências humanas específicas, dede a dos operários à dos engenheiros, da dos especialistas de mercado à dos gestores e economistas; e, se pretendemos viver numa sociedade harmónica, ou ecunómica, não é admissível como regra (embora possa sê-lo como excepção) a substituição do pessoal desqualificado por razão de obsolescência técnica, por outro qualificado de mais fraca data. A única resposta socialmente razoável e humanamente aceitável é a formação permanente do pessoal, com vista à actualização, à promoção ou à reconversão dos seus conhecimentos, no próprio seio empresarial.

Sobre este esforço deve porém impender a sombra permanente de dois espectros: um, o dos custos reais que recaem sobre essa formação, que deve ser generalizada e permanente; outro, o da duração útil dos resultados das correspondentes acções. Porque a formação é cara, ela deve ser eficiente e rendível no curto prazo; mas porque é essencialmente perecível, deve sacrificar ainda mais, em termos do investimento na formação, para que esta seja mais aberta, mais ecléctica, mais aprofundada em bases do que especializada na superfície e no imediato, para que resista melhor a novas evoluções.

Os aspectos positivos das maneiras de fazer formação na empresa com dimensão significativa, resultam dessa mesma dimensão: a concepção de cursos, a produção de materiais didácticos, o recurso a especialistas de formação qualificados, constituem investimentos globais que serão rendibilizados pela sua aplicação a populações-alvo extensas, diminuindo por isso os custos de formação *per capita*; sem esquecer que, por existir naturalmente uma certa redundância mínimas dos vários postos de trabalho, é facilitado o afastamento temporário, escalonado, de sucessivas fracções do pessoal envolvido em acções de formação.

Com empresas de dimensão menor, se menos complexas e menos diversificadas serão as acções permanentes de formação a levar a cabo, são elas mais difíceis de imple-

mentar, por falta de massa crítica humana e, possivelmente de infra-estruturas materiais; para não mencionar uma certa probabilidade de que não existam, no seio de muitas as actuais pequenas empresas, os especialistas ou o *know-how* próprio para projectar ou dar andamento a essas acções.

No entanto, para a grande como para a pequena empresa (e é possível que, num futuro próximo, seja esta última a que tendencialmente vai prevalecer como instituição produtiva rendível) a única defesa contra a obsolescência actual ou futura é a formação permanente, orientada, como deve sê-lo, para visar mais os efeitos a médio e a longo prazo do que a solução completa das dificuldades conjunturais do imediato.

Quanto a este problema, deve ser determinante o papel do Estado a quem, se não compete a interferência directa no funcionamento das empresas privadas, não pode deixar de competir o acautelar da crise social que o chamado «desemprego por desqualificação profissional» poderia vir a provocar.

A solução pragmática de o Estado obrigar à cativação de uma certa percentagem do «chiffre d'affaires» para acções de formação (limitado, ou não, a empresas com certa dimensão mínima) não resolve totalmente o problema, pois não é garantida a justeza de orientação ou a qualidade dessas acções: na verdade, é mais fácil e cómodo, no curto prazo, proceder a uma actualização profissional fortemente específica e excessivamente concentrada nos aspectos puramente manipulatórios dos equipamentos; como o é, dedicar maior esforço e investimento na formação das camadas de pessoal mais jovens, cuja utilidade previsível é de maior duração, em detrimento dos trabalhadores mais velhos, aqueles afinal que mais necessitariam de ser re-qualificados.

Não basta, por conseguinte, garantir o dispêndio de um certo quantitativo de fundos na formação empresarial, mas antes, assegurar a sua adequação e justa aplicação, em termos humana e socialmente satisfatórios. Defendemos, por isso, que a solução de intervenção estatal antes mencionada deve ser corrigida e complementada por um mecanismo incentivador da qualidade na formação, sob a forma de actuação no domínio das facilidades ou reduções da carga fiscal da empresa.

Felizmente é hoje possível encontrar maiores facilidades e menores custos para obter uma formação permanente de qualidade: referimo-nos à evolução da tecnologia das comunicações, aplicada ao terreno educacional. Para melhor precisar esta matéria, teremos que efectuar uma digressão por este terreno específico.

A tecnologia das comunicações criou processos e equipamentos que permitem a comunicação rápida, a distância, entre pessoas; a sua evolução abriu perspectivas e trouxe consequências de que, até há pouco, se não avaliava a extensão. Assim, é corrente ainda hoje distinguir entre meios de comunicação pessoais e meios de comunicação de massas; veremos em que medida essa distinção tem evoluído.

Um instrumento de comunicação pessoal típico é o telefone: comunicação ponto a ponto e de pessoa a pessoa, bilateral e simétrica, confidencial e com a única distinção entre emissor e receptor que decorre de quem tomou a iniciativa de chamar o seu interlocutor; meio de alcance generalizado e planetário, possibilitado pela existência de redes nacionais interligadas por condutores materiais ou por ondas hertzianas via atmosfera ou via satélite.

Mas até em casos de tecnologia tradicional pode haver situações de desadequação súbita de capacidades e de perfil de conhecimentos: é clássico o caso de agricultores habituados a culturas de sequeiro que se sentem forçados psicologicamente a largar a terra que trabalhavam quando esta passa a ser irrigada. Mudam as culturas, as tarefas e os prazos em que devem ocorrer, tornando o agricultor, mesmo que experiente na generosidade, indefeso perante uma nova situação que não domina.

Em situação de grande empresa, o problema da actualização e da reconversão profissional é por vezes complicado de resolver nalguns aspectos, embora mais simples em outros. Um caso típico é a necessária mutação de uma electrónica de base analógica para uma tecnologia digital.

Na medida em que essa conversão afecta radicalmente tanto os equipamentos produzidos, como o modo de os produzir, ela obriga ao reequipamento completo das empresas; obriga à adopção de toda uma nova maneira de projectar, de fabricar e de montar, afectando projectistas e técnicos superiores, capatazes, operários e pessoal de controlo e ensaio de produtos. Implica toda uma nova gama de fornecedores de matérias-primas, novas técnicas de aprovisionamento, de gestão de *stocks* e de acondicionamento e embalagem; conduz a outros clientes, outros mercados, outras técnicas de comercialização; quiçá, implica outra dimensão, outra localização, outra gestão de empresa. Tudo isto, com a gravidade suplementar de poder ter que ser tudo retomado de novo, dez, quinze ou vinte anos após.

Do que se enunciou, o mais difícil de alterar são as competências humanas específicas, desde a dos operários à dos engenheiros, da dos especialistas de mercado à dos gestores e economistas; e, se pretendemos viver numa sociedade harmónica, ou ecunómica, não é admissível como regra (embora possa sê-lo como excepção) a substituição do pessoal desqualificado por razão de obsolescência técnica, por outro qualificado de mais fraca data. A única resposta socialmente razoável e humanamente aceitável é a formação permanente do pessoal, com vista à actualização, à promoção ou à reconversão dos seus conhecimentos, no próprio seio empresarial.

Sobre este esforço deve porém impender a sombra permanente de dois espectros: um, o dos custos reais que recaem sobre essa formação, que deve ser generalizada e permanente; outro, o da duração útil dos resultados das correspondentes acções. Porque a formação é cara, ela deve ser eficiente e rendível no curto prazo; mas porque é essencialmente perecível, deve sacrificar ainda mais, em termos do investimento na formação, para que esta seja mais aberta, mais ecléctica, mais aprofundada em bases do que especializada na superfície e no imediato, para que resista melhor a novas evoluções.

Os aspectos positivos das maneiras de fazer formação na empresa com dimensão significativa, resultam dessa mesma dimensão: a concepção de cursos, a produção de materiais didácticos, o recurso a especialistas de formação qualificados, constituem investimentos globais que serão rendibilizados pela sua aplicação a populações-alvo extensas, diminuindo por isso os custos de formação *per capita*; sem esquecer que, por existir naturalmente uma certa redundância mínimas dos vários postos de trabalho, é facilitado o afastamento temporário, escalonado, de sucessivas fracções do pessoal envolvido em acções de formação.

Com empresas de dimensão menor, se menos complexas e menos diversificadas serão as acções permanentes de formação a levar a cabo, são elas mais difíceis de imple-

A correspondência postal é outro meio personalizado e também dirigido ponto a ponto: igualmente bilateral e simétrica mas não já simultâneo, (infelizmente); com a mesma garantia (pelo menos teórica) de confidencialidade e de alcance mundial.

O carácter simétrico e bilateral, ou dialogante, que atribuímos aos meios de comunicação personalizados está ausente, em geral, dos meios de comunicação de massas. Pelas suas características constituem meios de difusão abertos, em que os beneficiários da informação não são a priori definidos, o que constitui o preço a pagar pelo carácter muito alargado do seu abrangimento simultâneo.

A carência de simetria nos sistemas de comunicação de massas retira-lhes o carácter de fácil interactividade, ou de fusão entre as funções de emissor e de receptor. O caso da imprensa escrita é sintomático: se há jornais que aceitam as «Cartas ao Director», nem todos jogam lealmente o jogo da pseudo-simetria e não é anormal que um protesto ou um desmentido seja replicado pela Redacção em termos que não são propriamente os de um diálogo... No caso das emissões de rádio e de televisão, as tentativas para prover um simulacro de interactividade com a audiência, por via telefónica ordinária, nem sempre conduzem a situações suficientemente motivantes.

Assim, em síntese, se associarmos classicamente aos meios de comunicação pessoais a característica de se limitarem a um par de interlocutores, em diálogo simultâneo ou diferido, e aos meios de comunicação de massas ou media, a característica aberta, alargada, mas francamente interactiva, teremos feito o retrato do passado recente das comunicações primárias a distância.

Mas qual o sentido da evolução que vêm sofrendo?

A verdade é que já há media que são intrinsecamente interactivos, como o que resulta da associação de um televisor a uma linha telefónica de transmissão de dados, resultando num sistema de televisão interactivo, em que existe efectiva retroacção entre o assinante e o sistema emissor e de que é exemplo o videotex: ou seja, o medium personalizou-se e tornou-se capaz de dialogar.

Por outro lado, uma rede Telefax ou uma rede Telemática, ou um sistema de Teleconferência permitem-nos já hoje, sem perda do modo personalizado, atingir um número significativo de interlocutores simultâneos, em áudio, em imagem impressa ou em écran de computador: o que significa que o meio de comunicação pessoal começou a ganhar foros de meio com abrangimento alargado, roubando esse monopólio aos media.

Afinal, podemos concluir que a introdução da interactividade nos media **personaliza** a comunicação; e o alargamento dos destinatários em comunicações pessoais **massifica** estas últimas. Conclusão: tende a diluir-se a distinção entre os meios individualizados e os media, o que tem consequências práticas extremamente interessantes. Mais ainda, a combinatória dos vários media, que utilizavam anteriormente suportes ou veículos diferentes de expressão e de encaminhamento da informação, tende a confluir para comunicações intrinsecamente **multimedia**.

Já vai longa esta digressão aparentemente fora do tema inicial desta comunicação e é altura de convergir novamente para o terreno da formação permanente, lembrando a afirmação anterior de que existem hoje facilidades que tendem a aumentar a eficácia, e diminuir os custos (e, em alguns casos, a viabilizar) a formação empresarial.

O recurso ao discurso educacional mediatizado, eventualmente sob forma multimedia, permite alargar indefinidamente o número de utilizadores desses recursos didácticos e diferir no tempo as acções que os incluem, substituindo uma parte do trabalho docente presencial, pela utilização desses materiais. Reduz-se assim o custo per capita do investimento inicial (necessariamente elevado quando se trata de produzir materiais didácticos mediatizados), sem perda de eficácia significativa desde que seja assegurado o mínimo de enquadramento pessoal.

A diversificação das linguagens mediáticas, (audio, vídeo, scripto, informática) confere eficácia e atracção intrínseca ao discurso educacional ou formativo; a recuperação e re-utilização dos correspondentes suportes de informação (com excepção dos escritos em papel) reduz o custo da cópia individual. Sob o ponto de vista pedagógico, o acesso do formando a materiais mediatizados, permite a introdução de uma parcela significativa de auto-formação e sobretudo, uma maior flexibilidade do ritmo de aprendizagem individual, aumentando o grau de independência do formando em relação à disponibilidade física da presença do formador.

A ligação em rede de vários polos de formação pertencentes a uma empresa ou grupo de empresas com necessidades afins nesse domínio, pode conduzir em certos casos a um abaixamento significativo dos custos dessas acções: isto verifica-se quando a formação incide sobre matérias passíveis de transmissão de texto alfanumérico ou gráfico, por via de redes Telemática e Telefax; exemplos típicos são a formação em técnicas bancárias, o caso de empresas seguradoras ou de outras do sector terciário, em que a informação relevante pode assumir facilmente aquela forma de mediatização.

Mesmo na ausência de redes deste tipo, ou quando os cursos se baseiam em materiais com discursos audio ou vídeo, é rápida e barata a multiplicação das matrizes gravadas ou disketes originais num grande número de cópias e fácil a sua subsequente distribuição por via postal, para os vários centros de utilização.

A associação de utilizadores para diminuir o investimento inicial em cursos de formação com suportes multimedia, quando levada às últimas consequências, conduz-nos a postular o atravessar das fronteiras e a uma colaboração de âmbito multinacional neste domínio. A barreira linguística pode ser ultrapassada por via da adaptação, legendagem ou dobragem da banda sonora correspondente, ou pelo mecanismo, mais correcto mas de custos superiores, da co-produção entre os vários países envolvidos num mesmo projecto.

Em reflexão final, afirmo a minha esperança pessoal na generalização das acções de formação permanente com o recurso a materiais educacionais multimedia e tirando um partido cada vez maior da criação de redes de telecomunicações especialmente vocacionadas para esse fim.

---

O discurso argumentativo procura sempre ganhar a adesão do auditório e incitá-lo a uma acção imediata. Tem em conta as suas reacções e a interpretação dos actos linguísticos.

Discurso essencialmente comunicativo, dialógico, requer todo um saber quando se realiza na situação específica de comunicação pelo meio TV. E o discurso oral, sempre influenciado e modificado por estímulos diversos revela os condicionamentos desse contexto.

---

#### TEXTO BASE

(Transcrição de um registo vídeo)

*Eu quero chamar a atenção das mulheres que me ouvem para uma injustiça que as atinge.*

*Elas são a maioria do eleitorado. Contudo estão vergonhosamente subalternizadas nomeadamente no Parlamento onde a sua representação é mais do que mesquinha.*

*A eleição para a presidência da República de uma mulher, de uma mulher excepcionalmente dotada para exercer esse cargo, é a reparação dessa injustiça.*

*E eu pergunto: que mulher negará o seu voto a uma eleição que vem dignificar o seu sexo?*

*Mas não bastaria a M.L.P. ser mulher para atrair o nosso voto. Ela diz-nos algo de novo — um discurso que refresca os nossos ouvidos saturados da velha lenga-lenga política dos barões da democracia.*

*Ora a democracia não tem patrões. Ela é tanto mais verdadeira quanto maior for a participação dos cidadãos. E a proposta de M.L.P. é precisamente isso mesmo. É uma nação a falar, é uma cultura que se exprime.*

*Isto é muito importante. No momento em que entramos, em que Portugal entra, na C.E.E., é preciso, mais do que nunca, defender a nossa personalidade cultural, preservar a identidade nacional: uma razão histórica e cultural do passado e do futuro que está acima dos partidos de esquerdas e direitas.*

*M.L.P. é, pelo cunho cultural da sua candidatura, a candidata cultural dessa grande razão nacional.*

Transcrição do discurso proferido por Natália Correia no Tempo de Antena da TV. (Janeiro de 1986)

Nota: foram posteriormente marcadas pausas mais (: , .) ou menos (,) longas.

## DISCURSO POLÍTICO ARGUMENTATIVO

O discurso político é quase sempre um discurso argumentativo. Tem sempre em conta a escuta de um auditório; por isso a sua estrutura se organiza, a partir não só do conteúdo, mas também do tipo de público a que se destina, com os seus ideais políticos, com as suas expectativas e com as possíveis confiança ou desconfiança ante o orador.

Pretende ser um discurso lógico, objectivo, que parte de factos evidentes e, como tal, conhecidos do auditório. Estabelece uma espécie de cumplicidade entre o orador e o público — ambos estão preparados de antemão para assumir os seus respectivos papéis, ambos sabem do que se trata. Além disso, o contexto favorece a compreensão do sentido e também a aceitabilidade da intervenção. A legitimidade do discurso permite desenvolver tramas argumentativas — o convencer, o persuadir para fazer aderir. É um discurso de manipulação que tem sempre em conta os discursos dos outros competidores, que são apresentados nos seus aspectos negativos, como a técnica publicitária do «esses/aqueles não prestam», «este é que é bom».

É um discurso semi-performativo com uma ideologia e moral específicas.

Apresenta-se como verdade irrefutável, não negável pelos destinatários. Natália Correia assume essa posição. A sua atitude de oradora coaduna-se com o tipo de discurso, que realça o momento da crise e da responsabilidade colectiva. O acto de votar é apresentado como um dever, uma obrigação indiscutível — é a Nação que impõe a escolha. É um momento de grande responsabilidade. É por isso que a oradora não ri, não sorri sequer. Apenas a ironia aflora o seu rosto quando se refere aos outros, ao inimigo que é preciso derrotar.

## ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

O locutor enuncia o seu primeiro acto locutório — «eu quero chamar a atenção...» Chama a si a responsabilidade de informar — afirmação da sua autoridade; «eu quero», «eu pergunto». Ao destinatário cabe receber a informação.

Os factos comprovados, os argumentos, os apelos a afectividade do destinatário fazem parte do jogo de persuasão que é o discurso, organizado com base num plano de acção em que os argumentos e as refutações se estruturam de maneira coesa. O mesmo acontece com os modos de acção sobre os interlocutores [— directo — na pergunta dirigida aos telespectadores — ou indirecto, referência aos «barões da democracia» —] com a articulação lógica dos conectores (contudo, mas, ora).

O texto difere bastante do debate político ocasional, improvisado, em que as marcas da oralidade são muito mais acentuadas.

À função expressiva ou emotiva do discurso junta-se a função conativa que impele os destinatários a agir. É necessário todo um «saber» que engloba o conhecimento dialéctico amigo/inimigo, a selecção dos actos de fala mais influentes, a adaptação à situação específica do acto de comunicação — adaptação ao canal T.V. É um factor muito importante neste tipo de comunicação o conhecimento do «medium», das suas

características, das vantagens mas também dos perigos que oferece. Pressupõe-se uma prática T.V. para:

- ignorar os presentes no «studium» — técnicos, amigos, elementos do partido;
- enfrentar as luzes e as câmaras;
- suportar o calor e a «maquillage»;
- falar para um público que não se vê, supostamente atento;
- discursar num espaço e tempo determinados — tempo de antena;
- conhecer a imagem a transmitir na TV.: gestos, movimentos, deslocação no espaço, tom de voz, olhar para a câmara...

Todas estas restrições condicionam o discurso que convirá ser curto, incisivo e bem estruturado.

O distanciamento entre o locutor e os telespectadores é superado pelo conhecimento que o primeiro tem daqueles a quem se dirige; idades, nível cultural, ideologias — neste caso o conhecimento das mulheres com as suas lutas feministas e as outras, as mulheres do povo mais exploradas.

Outros elos de ligação se estabelecem na interacção do dizer/convencer, ouvir/participar num unísono «nós»:

- as relações dos intervenientes anteriormente ao discurso e experiências em partidos, em sessões do Movimento das Mulheres;
- os acontecimentos que se processaram antes da comunicação pela T.V. e que fazem parte do «saber» dos destinatários,
  - campanha eleitoral dos outros candidatos,
  - acontecimentos significativos durante a campanha da candidata,
  - a imagem que os destinatários fazem do sujeito falante
    - o seu estatuto cultural, comportamento perante o poder político ou público,
    - intervenção no campo dos «direitos da mulher».

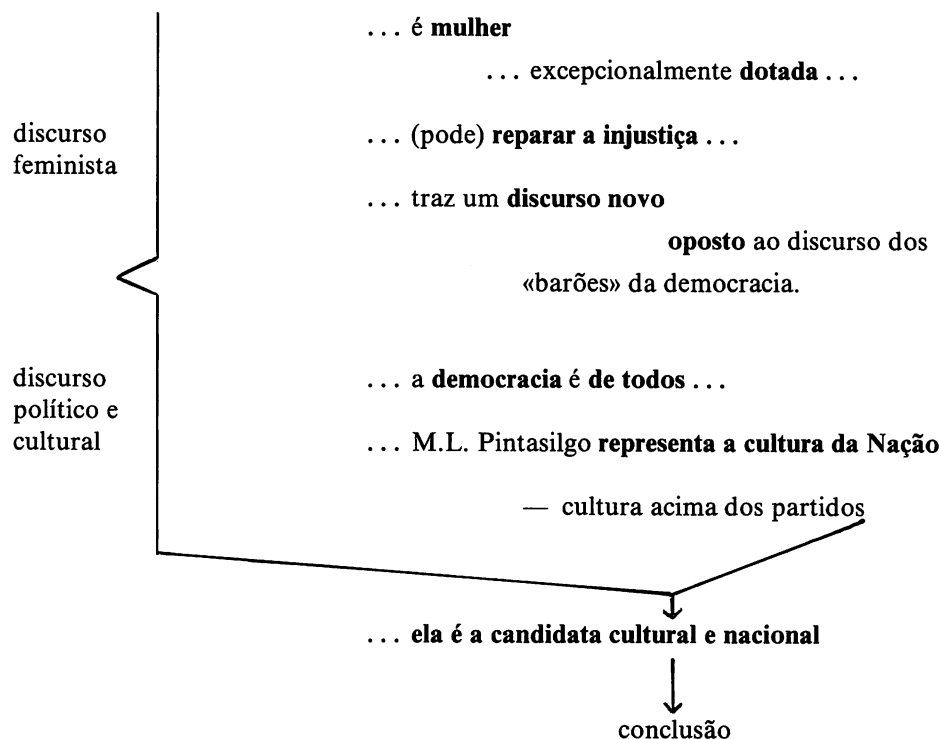
Analisemos agora a construção do discurso.

Texto apelativo dirigido às mulheres, é-lhes pedido o voto noutra mulher para a Presidência da República.

Discurso feminista, de cunho cultural, com uma coerência discursiva muito marcada que coincide com a intenção de adesão à tese apresentada. Os argumentos encadeiam-se numa série estruturada em que a hierarquia dos argumentos, baseada nos seus valores, conduz os destinatários à conclusão final:

M.L. Pintasilgo é mulher — excepcional — repara injustiça — traz um discurso novo — a democracia — a cultura da Nação.

## Hierarquia dos argumentos



Um argumento contribui para estabelecer outro situado noutra nível. O discurso argumentativo está «em situação». É a argumentação que dinamiza essa situação para a construção do discurso, no qual intervêm não só o sujeito da enunciação mas também os destinatários a quem ele é dirigido. Só que, neste caso, a situação difere da que é vivida na comunicação directa, pública, sem a intervenção do «medium» T.V. De qualquer maneira, o locutor socorre-se dos elementos situacionais que podem privilegiá-lo — estatuto de utente da T.V., o que tem a ver com o poder político — e também de outros que se relacionam com o imaginário dos telespectadores.

A locutora parte de factos reconhecidos pelo auditório — as mulheres são a maioria mas são subalternizadas — de valores, ideias colectivas para conduzir a acção — justiça, igualdade de direitos, democracia ..., valores que podem variar com as épocas, com o tipo de auditório e de discurso.

Parte de pressuposições, factos ou ideias admitidas pelos ouvintes e que interessa intensificar: ... «não bastaria ser mulher ... traz um discurso novo»... Se se tratasse de um homem, a novidade do discurso talvez fosse aceite. Os pressupostos são propositalmente escolhidos para influenciar a comunicação.

Além dos pressupostos, o discurso político recorre também ao implícito discursivo que influencia o receptor e o leva a agir: note-se a alusão aos que se dizem democratas e não o são — «os barões da democracia» — e a alusão à democracia participativa — ... «... a democracia ... participação dos cidadãos ...»

Estes processos de comunicação são apresentados como uma espécie de enigmas para implicar os destinatários, para que eles se interessem pelo discurso. São actos ilocutórios escolhidos de acordo com a intenção do locutor e que têm efeitos perlocutórios — implicam um «fazer».

Outro acto ilocucionário importante e que faz alusão ao destinatário é a pergunta, a interrogação, que pressupõe que o receptor é capaz e deve responder a quem tem o direito de o interpelar.

É um acto ilocutório que implica a obrigação de responder.

Quanto ainda à interrogação, ela parece respeitar a liberdade do destinatário mas impõe-lhe ideias prévias. A pedagogia interrogativa é um bom exemplo do que se disse. As perguntas dos professores afirmam mais do que interrogam. O mesmo acontece nas sondagens à opinião pública.

Mas não são apenas os enunciados que desempenham um papel argumentativo. Certos morfemas como «mas», «contudo», «ora» ... têm uma função de argumentação:

«Mas não bastaria a M.L.P. ser mulher...» «ela diz-nos algo de novo...». O enunciado com «mas» supõe uma proposição argumentada por outro enunciado seguinte, que contém uma alusão a um argumento. Essa relação de implicação verifica-se também na publicidade com «se»: «Se comprares isto, tens aquilo». A proposição iniciada por «se», é interpretada como verdadeira. É suposto o máximo de informação. Com «mas» a asserção seguinte é tão verdadeira como a anterior, mas sugere outra conclusão. O que interessa é que o facto introduzido por «mas» seja bem definido, bem claro, para poder ser identificado no discurso. Ao nível da frase pode ser outro facto, a mesma estrutura. Só o contexto poderá esclarecer.

O articuladores discursivos como «contudo», «ora» e outros introduzem afirmações irrefutáveis que se contrapõem (contudo estão subalternizadas) e se encadeiam logicamente para chegar à proposta final que contradiz as afirmações críticas anteriores:

— a democracia de que falam os outros concorrentes não é democracia. A verdadeira democracia é a que proclama a candidata — a democracia participativa.

Os correctores argumentativos ligam unidades de natureza pragmática e realizam actos de argumentação que conduzem os interlocutores à interpretação de conclusões implícitas visadas pelo locutor.

Apela-se assim a uma linguística do discurso — faz-se a ligação entre a linguística da frase e a linguística do discurso.

É a gramática funcional que nos informa da maneira como a informação avança no enunciado.

Os actos de enunciação, como verificámos, não são independentes. Apoiam-se uns nos outros, o que se verifica nas marcas de coordenação dos articuladores já referidos.

Ao nível da gramática da frase temos:

«as mulheres estão vergonhosamente subalternizadas...»

e não: as mulheres estão com vergonha subalternizadas ...

No entanto, o advérbio «vergonhosamente» pode ser substituído pela locução «sem vergonha». Noutro contexto, era possível a substituição. Ex.: Elas estão a rir com vergonha de aparecer na T.V.

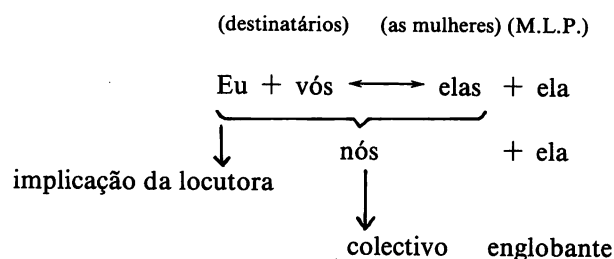
e não: estão a rir vergonhosamente por aparecerem na T.V.

Com estes exemplos pretende-se explicar que cada enunciado é característico de um tipo particular de frase que, sozinho, não assume a sua função referencial. A situação da enunciação é que permite essa referência.

### Os determinantes e os pronomes

Participam da organização do texto, fazem parte dos sintagmas narrativos dominantes e têm um papel privilegiado na estruturação do discurso apelativo, na consecução da narrativa. É uma morfologia narrativa.

### Organização da argumentação ao nível do discurso



Os pronomes aparecem em séries coincidentes com as unidades do discurso. A passagem de uma série a outras faz-se pela transição de um participio ou, como neste texto, por um demonstrativo:

«... E a proposta de M.L.P. é precisamente **isso** mesmo ...»

«**Isto** é muito importante ...»

Um dos factores de coesão é a constância de determinados constituintes:

sua representação  
seu voto  
seu sexo

e a correlação pessoais/possessivos:

eu	nós	nós	nosso nossa
ela	elas		nossos

É o jogo dos pronomes pessoais e possessivos na transformação da narrativa.

### Os verbos performativos

São marcadores do discurso, actuam como uma declaração de intenções

«eu quero», «eu pergunto» — afirmações no presente de narração.

O verbo «ser» toma também a força de um acto perlocucionário:

«... elas **são** a maioria»,... «a sua representação é mais do que mesquinha...», «a eleição ..... é a reparação dessa injustiça...», «a democracia é tanto mais verdadeira...», «... a proposta ..... é isso mesmo...», «**É** uma nação ..... é uma cultura... . », «Isto é muito importante...», «M.L.P. é ..... a candidata...» .

Afirmações que pretendem convencer, que não admitem refutação e provocam a acção-votar na candidata.

Também o verbo «estar»: «... **estão** vergonhosamente subalternizadas»,

«... uma identidade cultural que **está** acima dos partidos...»

e o verbo «ter»: «a democracia não **tem** padrões...»

assumem uma força elocucionária que se presente ainda em «ela **diz** algo de novo» — domínio do «novo» sobre o «velho» — O novo que «refresca», — e em «**é preciso ... defender ...**» . E ainda a interrogação «... que mulher negará o seu voto...?». A acção de não votar seria contraditória, após a argumentação apresentada. Assume aqui a expressão de um compromisso — é um verbo comissivo.

### A organização lexical na estrutura do discurso

Certos elementos linguísticos são privilegiados no discurso e contribuem para reconhecer a sua especificidade.

A semântica do léxico organiza-se na 1.<sup>a</sup> parte do discurso à volta da temática **mulheres**: as mulheres/a injustiça

a reparação da injustiça — ela, M.L.P.

O vocabulário político-cultural acumula-se na referência ao projecto político novo, por oposição ao discurso velho dos «barões» da democracia.

Esse epíteto é uma interferência diacrónica que confere ao destinatário um determinado estatuto cultural, produto de um sistema de regras interiorizadas e de uma ideologia. A agressividade dirigida ao destinatário patenteia-se em função do tipo de discurso, do momento e da conjuntura em que é emitido.

**Organização lexical****as mulheres**

mulher/mulheres-subalternizadas  
vergonhosamente

a maioria  
a injustiça  
a reparação da injustiça  
a representação mesquinha

**os homens**

patrões (relações de trabalho)  
barões — partilha da agressividade  
com os destinatários —

ouvidos saturados da velha lenga-lenga  
↓  
pejorativo

**ela — a candidata**

a proposta  
a **cultura**  
personalidade  
o cargo  
o discurso  
a candidatura  
a candidata **cultural**

a ideologia — a política  
o Parlamento  
o voto  
a democracia  
a participação  
o cidadão

Portugal  
Nação  
C.E.E.  
identidade nacional e **cultural**  
cunho **cultural**  
passado/futuro  
partidos — esquerdas/direitas  
a eleição, o eleitorado  
a razão nacional

Como já observámos, todo o texto possui um léxico de base que pressupõe o conhecimento do código por parte do receptor, com o qual se estabelece um processo de comunicação, de compreensão mútua.

Neste tipo de discurso, como é evidente, prevalece o léxico político, com implicações nas reivindicações das mulheres.

Concluindo: podemos afirmar que a organização do texto revela um discurso argumentativo polémico à volta da problemática mulher/homem — os seus direitos. Aqui a candidatura de uma mulher à Presidência da República.

O locutor utiliza os argumentos, situando o seu discurso no domínio da moral e do direito.

Trata-se de um discurso «monológico» que simula uma situação de comunicação.

Os interlocutores não estão presentes mas vêem e ouvem a locutora.

O processo interactivo caracterizado pela negociação de acordo ou desacordo, da concessão ou da recusa, não se realiza.

No entanto, o receptor, «in mente», ou com outros telespectadores que com ele assistem ao programa, refuta, aceita, faz intervenções que confirmam ou rebatem a argumentação proposta.

O locutor, por sua vez, não beneficia da imagem e do comportamento verbal dos «interlocutores». No entanto, o discurso «monológico» tem também aqui uma função dialógica, simulada implicitamente ou explicitamente e revelada nas estratégias discursivas da argumentação, na prosódia e na mimogestualidade.

É um discurso de grandes frases que provocam a emoção dos destinatários e os conduzem à realização do acto de votar, acto esse sempre condicionado pelos outros discursos concorrentes.

#### ESTUDO DA ORALIDADE

Texto: discurso político de Natália Correia no Tempo de Antena para a eleição do Presidente da República — T.V. — 1986.

Razões que presidiram à escolha do texto:

- 1 — a não existência de documentação audiovisual específica.
- 2 — aproveitamento de um documento já gravado com as seguintes vantagens:
  - texto capaz de motivar a participação dos professores.
  - oportunidade para o estudo do discurso argumentativo.
  - discurso curto e bem estruturado.
  - facilidade de caracterização dos traços da oralidade — personalidade da locutora.

Discurso em que a tomada da palavra não é natural, porque a comunicação é diferida, sujeita a bloqueios ou a condicionamentos por parte do locutor e à impossibilidade de troca por parte do receptor, permite o estudo comparativo com outro tipo de discurso oral - mulher do povo que protesta durante o tempo em que é entrevistada e ainda com outros discursos concorrentes gravados no mesmo momento político.

Importante é a entrada dos vários discursos na aula - registos realizados dentro e fora da escola que permitam o estudo dos problemas da comunicação «em situação».

#### O ESTUDO DA ORALIDADE E AS POSSIBILIDADES DO «VIDEO»

Este trabalho é uma abordagem muito incipiente e sujeita às inúmeras imprecisões de uma primeira observação do discurso oral no «video».

A observação é difícil e requer outros instrumentos de análise mais objectivos.

A observação teria de incidir num conjunto de corpos de discursos.

Não há uma teoria do oral para orientar uma prática correcta.

Apenas se conhecem trabalhos de linguística, de psicolinguística, sociolinguística, pragmática...

A prática dos professores nesta área não é sistematizada. É espontânea e baseia-se apenas em generalidades.

A escrita é sempre a actividade mais valorizada. A falta de preparação científica e técnica inibem a iniciativa dos professores para a realização de actividades didácticas no campo da oralidade.

É assim que os alunos também não são correctamente avaliados, pois pouco se tem feito para ter em conta as suas produções orais.

Tentativas têm sido feitas para estudar o oral em registo gravado — mas essa análise é artificial, porque apenas se ouve o locutor e o ouvinte é obrigado a uma escuta exagerada. Ora, quando falamos, não o fazemos apenas com os órgãos vocais. Todo o nosso corpo acompanha o discurso - postura, movimento e gestos. Assim, surge a necessidade de recorrer à gravação em «video», o que permite uma melhor reflexão sobre a oralidade, de maneira prática e eficiente, pois é possível parar o acto verbal, repeti-lo, memorizá-lo.

Se a produção oral dos alunos for gravada em «video» é facilitada a avaliação feita pelo professor e também a autoavaliação realizada pelo aluno. Pode observar-se e reflectir sobre a produção do seu próprio discurso.

O oral realiza-se num espaço e tempo determinados que influenciam significativamente o gesto e a palavra.

Há vários trabalhos sobre os efeitos da proxemia na comunicação.

O espaço, a distância com o interlocutor/es interfere no tipo de discurso, que é regulado pela proximidade ou afastamento dos falantes e vai projectar-se também na locução do sujeito.

Há uma distância pessoal que nos isola dos outros, uma distância social — relações de trabalho ou de etiqueta — e uma distância pública — espectáculos, comícios..., etc.

Conforme o tipo de distância, a locução modifica a articulação, a sintaxe e o ritmo.

Na T.V. a distância é condicionada pelo espaço «studium», pela aparelhagem técnica, pelos técnicos presentes e, quando for caso disso, pelos convidados. Outro condicionamento importante é a ausência dos interlocutores.

É a personagem que fala que estabelece os elos de ligação entre o emissor e os receptores.

A voz de Natália Correia perde a naturalidade e reveste um estilo declamatório, a que não é estranha a sua gestualidade.

O olhar é condicionado pelo espaço reduzido. O emissor olha a câmara, inclina a cabeça ou o busto, movimenta as mãos ou os braços para sublinhar o discurso — marcação de uma palavra importante ou uma ideia, do final de uma proposição ou de uma intervenção.

O tempo restrito da alocação tem também repercussões nos gestos, na prosódia e na organização do discurso.

A prática dos vários discursos obedece a regras implícitas e explícitas da comunicação, nas interacções verbais ou não verbais e na relação entre os factos argumentativos e os factos discursivos.

TEXTO — discurso argumentativo (vídeo)

1 { Eu quero chamar a atenção das mulheres que me ouvem | para uma [injustiça] |  
que as atinge | }

2 { Elas são a maioria do eleitorado | | [Contudo] | | estão vergonhosamente  
[subalternizadas] | | nomeadamente no Parlamento onde a sua representação  
é [mais] | | do que mesquinha | }

3 { A eleição | | para a presidência da República | de uma [mulher] | | de uma  
[mulher] | | excepcionalmente dotada para exercer [esse] cargo | | [é] | | a  
reparação [dessa] injustiça | }

4 { E eu pergunto: | | que mulher negará o seu [voto] | | a uma eleição que vem  
dignificar o seu [sexo] ? | }

5 { Mas | não bastaria a M.L.P. ser mulher para atrair o nosso voto. | | Ela diz-  
-nos [algo] de novo | | um discurso que refresca os nossos ouvidos | saturados  
 | | da velha [lenga-lenga] política | dos barões de democracia. | }

6 { Ora | a democracia não tem [patrões] | | . Ela é [tanto] mais verdadeira |  
quanto maior for a [participação] dos cidadãos. | | E a proposta de M.L.P. |  
[é] | | precisamente [isso mesmo] . | | [É] uma nação a falar | | [é] | |  
uma cultura que se exprime. | }

7 { Isto é muito [importante] . | | no momento em que entramos | em que  
Portugal entra na C.E.E. | | é preciso [mais] do que nunca | defender a nossa  
personalidade cultural [preservar] a [identidade] [nacional] | | uma razão  
[histórica] e [cultural] do [passado] e do [futuro] | que está acima dos  
partidos | de esquerdas e de direitas . | }

8 { M.L.P. | [é] | | pelo cunho cultural da sua [candidatura] | | a [candidata]  
cultural dessa grande razão [nacional] . | |

### Transcrição do discurso proferido por N. Correia no tempo de Antena da TV (1986)

Ritmo mais acelerado \_\_\_\_\_

menos acelerado — — —

Entoação mais incidente [ ]

Pausas mais longas | |

breves |

#### A prosódia: 1 — AS PAUSAS

São interrupções do continuum sonoro, são silêncios na cadeia falada que asseguram a segmentação do discurso.

As pausas breves, geralmente, marcam um tempo de respiração. As pausas longas podem entrar na organização do discurso; indicam a ordem narrativa e os níveis de comunicação.

Demarcam a apresentação do desenrolar e este da conclusão.

A introdução de uma novidade é marcada por uma pausa demarcativa e uma aceleração sensível.

Cada elemento da frase, embora demarcado, relaciona-se entre si.

A clareza, na exposição, apresenta elementos separadores que, na realidade, estão ligados. Ex.: «l é l» que aparece várias vezes no texto demarcado na frase.

Além das pausas longas que terminam os períodos ou parágrafos do texto, podemos localizar outras de igual duração em:

«contudo»; «a eleição...»; «de uma mulher»; «E eu pergunto»; «voto»; «sexo?»; «de novo»; «é (precisamente)...»; «É (uma nação...)»; «é (uma cultura)»; «C.E.E.»; «nacional»; «(M.L.P.) é»; «candidatura»; «... a democracia não tem padrões»; «... tanto mais verdadeira»; «E a proposta de M.L.P. é...»; «... isso mesmo»; «É uma nação a falar é...»; «exprime»; «Isto é muito importante»; «mais do que nunca...»; «preservar a identidade nacional»; «de esquerdas e de direitas»; «é»; «da sua candidatura»; «a candidata dessa grande razão nacional».

Todas estas pausas apelam a um tempo de escuta e reflexão por parte dos destinatários, em momentos importantes da argumentação.

São intervalos, momentos de silêncio que também estabelecem a comunicação com os telespectadores não presentes.

Fazem parte da estratégia discursiva. Interrompido o «continuum» sonoro, a atenção do destinatário é solicitada para escutar o que se segue.

## 2 — O RITMO

As variações de ritmo correspondem a momentos diferentes da argumentação.

É mais rápido nas sequências em que o locutor expõe argumentos menos convincentes e mais lento quando propõe os seus próprios argumentos. Há uma aceleração na apresentação de elementos que modificam situações.

São estas variações de ritmo que constituem também a estrutura interna do discurso.

O ritmo acelera nos factos apresentados, a partir dos quais se faz a argumentação, para diminuir nas palavras ou segmentos narrativos mais importantes no discurso argumentativo:

«Eu quero chamar a atenção ... ouvem» — ritmo acelerado que diminui em «... para uma injustiça ...»

«Eles são a maioria do eleitorado» — aceleração que desce depois em «contudo ... subalternizadas ...»

Os determinantes estabelecem pontos de contacto no decorrer do discurso. A sua distribuição relaciona-se com as diferenças de ritmo.

Retomam os segmentos narrativos mais importantes no discurso: em 3. o segmento «... a reparação dessa injustiça» aponta para «a eleição» e retoma «... uma injustiça» referida em 1.

A repetição dos determinantes contribui para a coesão rítmica e fónica do texto: «a sua representação», «a sua candidatura», «o seu voto», «o seu sexo»; «dessa injustiça», «dessa grande razão ...», «esse cargo».

Os artigos definidos ligam-se, geralmente, a ideias gerais não muito controversas.

Mas, na parte final do discurso, o artigo a em «a sua candidatura», «a candidata», liga-se a palavras de valor e polémicas. O ritmo diminui e, com a entoação e o gesto, põe em destaque o nome para o valorizar.

As séries de definidos são cortadas por indefinidos em alternância. A repetição intencional destes últimos confere ênfase a determinados elementos importantes na argumentação e denunciam a emoção e o interesse do locutor:

«A eleição para a Presidência da República de uma mulher, de uma mulher...»;  
«... que mulher negará o seu voto a uma eleição que vem dignificar o seu sexo?»;

«... um discurso que refresca os nossos ouvidos...»;

«É uma nação a falar, é uma cultura»;

«... é preciso... defender a nossa personalidade»;

«... uma razão histórica...».

### 3 — A ENTOAÇÃO

É constituída por variações melódicas da voz que nos informam sobre o locutor e marcam as palavras ou segmentos verbais com uma intensidade que pode reforçar o sentido do texto. A entoação desperta assim a atenção dos destinatários para determinados elementos prosódicos pronunciados com maior ênfase.

Revelam diferentes modulações de voz que podem ou não estar relacionadas com a organização do texto e nos dão pistas sobre o estado afectivo do locutor.

No texto, a entoação varia conforme a implicação do locutor, conforme o tipo de argumentos e de estratégias utilizadas:

- «E eu pergunto» — o desafio, a autoridade;
- «... que mulher negará o seu voto» — a indignação frente a uma hipótese não admitida;
- «... a democracia não tem padrões ...» — a ironia do tom reticente;
- «... a velha lenga-lenga ...» — a crítica mordaz;
- «Isto é muito importante.» — a advertência, a afirmação que faz apelo ao destinatário.

Uma ênfase mais incidente nas palavras-chave, de maior valor na argumentação, ou de outras directamente ligadas a elas, como os demonstrativos e o advérbio intensificador «mais»:

«injustiça», «contudo», «subalternizadas», «mais (do que mesquinha)», «uma mulher excepcionalmente dotada...», «esse (cargo)», a repetição do verbo nas assertivas «é», «dessa (injustiça)», «voto», «sexo», «algo», «padrões», «tanto (mais)...», «participação», «isso mesmo», «importante», «mais (do que nunca)», «preservar», «identidade nacional», «histórica e cultural», «passado e futuro», «candidatura», «M.L.P.», «candidata», «nacional».

A parte final do discurso é fortemente acentuada. São as últimas palavras que ficam no ouvido dos destinatários e que neles demoram pela força do acto perlocutório.

Os pronomes pessoais, os demonstrativos, os verbos no presente, os deícticos (não presentes no texto) e os nomes próprios são «embraiadores» do discurso oral e tomam sentido no momento da enunciação.

Também as frases não ligadas, segmentadas como «... entramos, em que Portugal entrou na C.E.E....»

As assertivas e interrogativas — «... que mulher negará o seu voto... o seu sexo?» os termos introdutórios como «ora» (ora a democracia não tem padrões) organizam a sintaxe do texto.

### A MIMOGESTUALIDADE

Os gestos fazem parte de regras, de rituais da sociedade e marcam a individualidade de cada falante. Se observarmos uma reunião de pessoas é fácil descobrir algumas atitudes que se ligam ao acto de intervenção na tomada ou não da palavra em público. A gestualidade concentra-se nos braços e nas mãos. Nos debates políticos na

T.V., há gestos que se denunciam enquanto o «inimigo» fala. Há um certo mal-estar do locutor momentaneamente em silêncio. Parece não encontrar posição adequada.

O gesto, o movimento do corpo, a entoação e o ritmo revelam-se no discurso na ênfase de determinados segmentos discursivos ou em palavras-chave.

O gesto é quase sempre necessário ao discurso oral, mesmo quando o interlocutor não está presente e não pode ver o emissor. É o caso da conversa ao telefone. Há indivíduos que se levantam quando falam com os superiores hierárquicos. Outros agarram fortemente o auscultador quando a conversa é mais emocional.

O gesto desempenha um papel regulador do discurso, de acordo com as situações de comunicação e o grau de implicação do locutor.

É também interessante observar a gestualidade de indivíduos de classes sociais diferentes. As mulheres do povo parecem ser as que possuem uma gestualidade mais desinibida e até espectacular (vídeo — comparação de gestos). Também o tipo de pedagogia pode revelar-se na gestualidade do professor — manifestação de autoridade, de afecto...

Comunicamos, sem a maior parte das vezes termos consciência dos gestos que nos escapam.

Os modelos de gestos que acompanham o discurso verbal são quase sempre organizados em unidades que seguem a «découpage» do discurso.

Apesar do pouco domínio do locutor nas comunicações não verbais, há gestos que são escolhidos para atrair a atenção ou para sublinhar uma ideia.

Segundo EKMAN, os gestos podem classificar-se em cinco categorias:

- 1 — gestos emblemas — actos não verbais cuja leitura depende das situações de comunicação. Ex.: o braço levantado do atleta para celebrar a vitória.
- 2 — os ilustrativos — acompanham o discurso verbal e ligam-se ao conteúdo da palavra, tal como os deícticos que indicam os referentes.  
São utilizados conscientemente.
- 3 — os que revelam manifestações de afecto — mímicas que podem reflectir sentimentos de desgosto, alegria, medo...  
Fornecem maior informação sobre o locutor do que sobre as outras pessoas.  
Não são deliberados e podem mesmo não ter relação com o que se diz.
- 4 — os reguladores — não são pontuais como os ilustrativos. Intervêm na conversa para desempenhar um papel interactivo. Ex.: o abanar da cabeça.
- 5 — os adaptadores — são extra-comunicativos, centrados no locutor. Ex.: cruzar as pernas, elevar o busto, pigarrear antes de tomar a palavra.  
«Um dos resultados do estudo do homem simultaneamente a partir da óptica da biologia e da etnologia é o de permitir mostrar o carácter inseparável da actividade motriz (de que a mãe é o agente mais perfeito) e da actividade verbal.» (Gourhan, A. L. «O gesto e palavra», p. 221).

Os rituais são gestos e símbolos que constituem uma linguagem.

**A MIMOGESTUALIDADE — RELAÇÃO COM A PROSÓDIA**

- Em 1 — «eu quero» — movimento de lado da cabeça a marcar a tomada da palavra no começo do discurso e a sublinhar a frase.  
«injustiça» — subida de tom, diminuição do ritmo e dedo apontado.  
O mesmo gesto em «atinge». Uma pausa.
- Em 2 — «Eles» — diminuição do ritmo.  
«eleitorado» — cabeça para a frente.  
«contudo» — pausa longa, entoação acentuada, movimento para a frente.  
«vergonhosamente» — mão erguida.  
«subalternizada» — ritmo decrescente, entoação sincopada acompanhada do gesto, em redundância.  
«nomeadamente no Parlamento» — mão à frente, cabeça erguida.  
«representação» — movimento de mão.  
«mais do que mesquinho» — diminuição do ritmo, movimento da mão e busto erguido, em contradição com o sentido da frase, mas que faz apelo aos destinatários.
- Em 3 — «A eleição» — movimento da mão.  
«para a Presidência da República de uma mulher» — diminuição do ritmo, movimento da mão à frente, entoação mais expressiva em mulher e repetida na mesma palavra com pausas intencionais.  
«mulher excepcionalmente dotada para exercer esse cargo» — movimentos de mão e braço. Ênfase da entoação em «esse», ritmo mais lento em «dotada».
- Em 4 — «E eu pergunto» — busto e braço erguidos — afirmação da autoridade do locutor.  
«mulher» — mão fechada.  
«voto» — mão junto à anca — pausa longa e decréscimo de ritmo.  
«eleição» — movimento da mão.  
«que vem dignificar o seu sexo?» — movimento do corpo, balanceado, acompanhado pela mão, e busto erguido no segmento final «o seu sexo?». Subida da entoação na interrogativa que começa após a pergunta. Descida da aceleração do ritmo.
- Em 5 — «Mas» — movimento de mão — retomada do discurso.  
«não bastaria» — o corpo avança.  
«ser mulher» — mão.  
«para atrair o nosso voto» — caminha um pouco em frente.  
«Ela diz-nos algo de novo» — inclinação do busto (como em confidência) — ritmo mais alongado que se prolonga até «lenga-lenga», a mão sobe em «algo» com elevação de tom. Pausa longa em «novo».  
«um discurso que refresca os nossos ouvidos» — «discurso» — mão fechada.  
«refresca» — dedos erguidos, busto inclinado para a frente, «os nossos ouvidos» — mão que volta junto aos ouvidos, como os deícticos.  
«saturados de velha lenga-lenga dos barões da democracia» — pausa e movimento de mão em «saturados», gesto sincopado, redundante em «lenga-lenga».  
«barões da democracia» — movimento dos braços.

- Em 6 — «a democracia não tem padrões» — diminuição do ritmo. As mãos rodam à volta da cabeça que se inclina para a frente.  
Olhos que dirigem o olhar aos receptores. Entoação intencional em «padrões».  
«tanto mais verdadeira» — ritmo mais lento e movimento da mão e dos dedos que se repete em, «maior» e «participação» — entoação mais forte.  
«cidadãos» — movimento de braços.  
No período seguinte, o ritmo decresce, apenas em «precisamente», e é mais rápido para estabelecer a ligação do verbo em «isso mesmo».  
Dedo apontado em «é» e «isso mesmo» — com ênfase na entoação e pausas longas. O mesmo sucede na repetição do verbo no período seguinte.  
«nação a falar» — rodam os braços abertos, assim com em «cultura».  
Movimento de mão em «exprime».
- Em 7 — «Isto é muito importante — dedo apontado e ênfase da entoação.  
Movimento do dedo em «Portugal entra», e «C.E.E.» (aqui, com pausa longa).  
«é preciso mais do que nunca» — ritmo mais lento e movimento vertical do braço. Tom de voz mais acentuado em «mais».  
«preservar a identidade nacional» — ritmo menos acelerado, entoação que destaca as sílabas. Acompanhada por movimentos de mão com os dedos erguidos; pausa longa em «nacional».  
Movimento do busto para trás em «uma razão histórica e cultural» com movimento de mão — a força dos argumentos convincentes.  
«do passado e do futuro» — braço para a direita e para a esquerda, ênfase na entoação.  
«partidos» — mão à frente.  
«de esquerdas e de direitas» — mão para a frente, ritmo lento.
- Em 8 — «M.L.P.» — movimento de mão, pausa.  
«é» — pausa longa, tom de voz mais forte.  
«da sua candidatura» — ergue-se o dedo que continua a apontar em «a candidata» — Pausa longa.  
Movimento para a frente em «grande razão nacional». Ênfase na entoação em «candidatura», «candidata» e «nacional». Predomínio da diminuição do ritmo em todo o período final.

Se compararmos a gestualidade da locutora com outras personagens visíveis neste programa, «em vídeo», poderemos avaliar melhor como o gesto varia de acordo com a situação de comunicação, a cultura e personalidade dos emissores. Ver: testemunho da mulher do povo e Vitorino de Almeida.

Da análise não muito rigorosa que fizemos do texto, em «vídeo», poderemos concluir, na generalidade, que a subida de tom, ou outros traços de entoação, o prolongamento de determinadas pausas, a menor acaleração do ritmo no «continuum» do discurso e a mimogestualidade parecem coincidir com a argumentação.

Um estudo mais profundo e com outros elementos de apoio abriria, com certeza, outras pistas de interesse para a observação do texto oral.

A comunicação não verbal liga-se a fenómenos afectivos e culturais. É objecto da investigação das Ciências da Comunicação, da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia.

Interessa-nos descobrir que interesses e pensamentos levam os falantes a seleccionar os seus meios de expressão.

No mundo actual da comunicação de massas, em que a tecnologia produz profundas modificações na troca oral, é de interesse pedagógico seguir as investigações neste campo, para uma recuperação da tradição oral, para uma humanização da comunicação.

Como a linguagem oral é um meio fundamental de comunicação, convém que seja avaliada no contexto das novas técnicas — Rádio, T.V., Cinema.

A rápida evolução das técnicas modernas suscita uma cultura sensorial transmitida pela linguagem visual e sonora dos meios de comunicação de massas.

Cabe à Escola restabelecer o equilíbrio, na interacção e complementaridade das várias linguagens.

A criança e o jovem servir-se-ão delas na sua totalidade, seleccionando cada uma delas, de acordo com as motivações, os interesses e os momentos da comunicação.

#### LEITURAS DE:

AUSTIN, J. L. — «Quand dire c'est faire», Seuil (1962-70).

DUCROT, O. — «Les mots du discours», Ed. de Minuit (1980).

EKMAN, P. F. V. W. — «The repertoire of non verbal communication» in *Semiotica* (1969).

MOESCHLER, J. — «Argumentation et conversation». Hatier-Credif (1985).

VANOYE, F., MOUCHON, J.; SARRAC, J. P. — «Pratiques de l'oral». Armand Colin (1981).

# TRANSCRIÇÃO DE CASSETTE

## — Palestra 29/4/85

Como eu costumo dizer aos meus alunos, vamos voltar à fita, vamos voltar à fita.

É uma alegria renovada, vir a Portugal, não só pelo lado afectivo, mas principalmente agora por me ter sido proporcionada esta oportunidade de conhecer o Instituto Português de Ensino a Distância, a Universidade Aberta, o que constitui motivo de alegria ainda maior.

Maria Emília Ricardo Marques e eu conhecemo-nos há alguns anos. Como ela disse, não precisamos de especificar há quantos anos, daí que eu já acompanhasse de longe o desenvolvimento dos vossos trabalhos e, quando assumi uma Vice-Presidência na AIMAV, Associação Internacional de Pesquisas Interculturais, soube com muito contentamento que aqui estava sendo planejado um Seminário de Media, Ensino a Distância e Media como se diz no Brasil.

Quando a AIMAV decidiu dar continuidade a um Seminário que foi realizado em Bruxelas em 78, nós tivemos em Bruxelas o 11.º Seminário da AIMAV que naquela ocasião focalizava a criatividade e a dinâmica de aprendizagem. Decorridos estes anos todos, julgou a AIMAV oportuno levar ao Brasil este tema. Será a primeira vez que se fará um Seminário da AIMAV no Brasil, mas desta vez com maior amplitude: em lugar de se focalizar apenas aspectos de criatividade na aprendizagem, nós resolvemos dar uma amplitude maior e o Seminário terá então essa identificação: criatividade no ensino e aprendizagem de línguas, desenvolvimento endógeno (o que reflecte naturalmente, os anseios, os interesses, as motivações de países como o Brasil que querem correlacionar o desenvolvimento quer económico, quer educacional), e as acções educativas que possam orientar para soluções criativas.

Foi assim que a AIMAV aprovou a iniciativa que terá lugar, que será o 18.º Seminário. Já estabelecemos a data, 21 a 24 de Julho, do próximo ano de 1986, em São Paulo, porque São Paulo oferece muitas possibilidades como local para um Seminário desta natureza.

O Seminário é um Seminário da AIMAV, e conta com o apoio e com a logística, do Centro de Linguística Aplicada, do Instituto de (Omeseaseji).

Muita gente na Europa, perguntava qual a origem do nome Easeji, o que é que há de brasileiro neste nome, que é o da maior organização especializada em ensino de línguas no Brasil. Ora ocorre que o fundador desta Instituição, era de origem libanesa, de uma família muito conceituada, a família Easeji, em São Paulo. O nome do fundador, César Easeji, que se destacou como grande pulsionador do Ensino de Lín-

gua Portuguesa em Nova Yorque, chegou até a leccionar na Universidade de Nova Yorque, e a estabelecer um curso de português em Nova Yorque, foi o nome escolhido para a Instituição que se chama, Instituto de Omeseaseji.

Nesta instituição com características específicas, porque ao mesmo tempo que promovia, incentivava um desenvolvimento de uma metodologia mais criativa e que rompia até quase que impostos pelos Estados Unidos, na época em que a metodologia de origem Norte Americana era exportada e importada quase por assim dizer ao mundo inteiro, a que Easeji teve a coragem de dizer NÃO, nós queremos, nós acreditamos na autonomia, na auto-suficiência, ou pelo menos na criação de materiais adequados ao nosso contexto, de modo que na história a ser escrita sobre o Ensino de línguas no Brasil, eu digo pelo menos nessa fase mais actual, certamente um capítulo será reservado aos esforços para uma autonomia relativa, mas muito significativa na concepção e produção de materiais didácticos, que atendam as necessidades brasileiras, lutou-se portanto por estes ideais. Por uma coincidência muito feliz, participei desse movimento de autonomia de criação de materiais para a realidade brasileira. Fui o primeiro Director deste Centro, de Linguística aplicada em São Paulo, de 1966 a 1979. Participei em São Paulo do movimento, durante 15 anos quase, de implantação, digamos assim, de uma contribuição brasileira à metodologia de ensino de línguas, através do Easeji, do Centro de Linguística Aplicada, o qual contribui de maneira decisiva para a implantação da Linguística aplicada, até nas Universidades Brasileiras. Somente em 1970 é que se introduziram os primeiros mestrados em Linguística Aplicada, e como tal, o primeiro mestrado, o primeiro grau de mestre em Linguística Aplicada, começou a ser oferecido em 1970 na Pontífice da Universidade da Cidade Católica de São Paulo, o que demonstra quão é bem significativa a contribuição que a Easeji deu através de Seminários. Eu historiei estes factos num artigo «10 anos de Linguística Aplicada no Brasil 1965/1975». Concluída essa fase de implantação, digamos assim, do incentivo da Linguística Aplicada, resolvi voltar a Pernambuco, e fui sucedido em São Paulo por um colega que conheci em Bruxelas e que é hoje o secretário geral da AIMAV que é o Linguista belga Dirossel. Desta maneira se assegurou a continuidade do trabalho do Centro de Linguística Aplicada IASIS de São Paulo, agora fortalecido por este vínculo com a AIMAV, entidade internacional que tem como objectivo incentivar as pesquisas de natureza intercultural. Fez-se a abordagem ecológica à aprendizagem de línguas que foi primeiro apresentada em Stutgart em 1975 num Congresso Internacional de Linguística Aplicada em 75, depois em Montreal em 78, e enfim já relativamente conhecida fora do Brasil. Esse Congresso, esse 18.º Seminário da AIMAV que tem o título «Criatividade no Ensino e Aprendizagem de Línguas», é uma iniciativa conjunta, da AIMAV Instituto de Omeseaseji, (como um veículo de divulgação de grande penetração actual no Brasil que é a revista Interacção, que o próprio Centro de Linguística pública). Eu trouxe três exemplares da revista Interacção que é muito polémica e que vai certamente, possibilitar a outras, caminhos e reflexões mais criativas dentro do ensino de línguas em geral, materna língua portuguesa e línguas estrangeiras no Brasil. A Revista Interacção vai ser o veículo através do qual será divulgado o colóquio no Brasil, aqui em Portugal, na América, em língua espanhola também, e como eu disse, este Seminário vai dar continuidade e ampliará aquele Seminário que realizámos em Bruxelas em 78, que se chamou «Criatividade Dinâmica da Aprendizagem». A AIMAV, aqui eu incluírei colaboradores da AIMAV em Portugal, a Delegada da AIMAV, a Dr.<sup>a</sup> Maria Emília Ricardo Marques, que é delegada da AIMAV em Portugal, e os amigos do Instituto Português de Ensino a Distância, todos nós consideramos a criatividade com um instrumento indispensável à construção, à eficácia

do ensino. Creio que todos nós vemos na criatividade um instrumento indispensável à construção e aprimoramento dos sistemas endógenos de educação.

Se fossemos destacar ou caracterizar a relevância deste evento dentro do contexto brasileiro (das dificuldades com que nos deparamos, dos desafios e dos nossos anseios), eu poderia sintetizar ou caracterizar a relevância do evento, dizendo que urge reconhecer-se, respeitar-se e promover-se a identidade cultural dos povos, tanto nos planos individual quanto colectivo. Num país em que coexistem, toda a gente o sabe, contextos ou situações do tipo urbano e rural o mosaico de realidades quer dizer a educação no meio urbano, a educação no meio rural, por exemplo a problemática da alfabetização nas zonas mais carentes onde às vezes não há disponibilidade de materiais e os materiais são criados ou originais ali sem qualquer tecnologia é muito importante este Seminário, em que soluções criativas podem ser dadas ou estão sendo dadas no contexto da educação rural no que diz respeito à língua materna, no ensino do português.

Os conteúdos e os processos da educação linguística, são criados ou seleccionados, realizados e avaliados, por cada povo e aí observando-se os seus direitos, os seus interesses e as suas necessidades numa perspectiva que não é uma perspectiva habitualmente encontrada nas metodologias que circulam universalmente (na metodologia de ensino de língas em geral é dada uma ênfase exagerada à análise de necessidades need analyses).

Essas necessidades, supostas necessidades, reveladas pela análise das necessidades, ou needs analyses, talvez mascarem um pouco o tipo de imposição metodológica que se tem vindo a fazer. O que se tem chamado «análise de necessidades» talvez constitua um mascaramento de imposições, de modismos metodológicos de países dominantes. É uma questão que já provoca muita controvérsia e que aqui no Seminário de São Paulo nós procuraremos levantar: verificar até que ponto os conteúdos e os processos da educação linguística resultantes de processos de selecção, são concretizados e avaliados por cada povo ou cada sistema educacional, segundo os seus direitos, interesses e necessidades. Tudo isto implica uma área de investigação nova centrada na actividade docente. O professor como construtor dos materiais estabelecia os objectivos como se conhecesse, pudesse traçar o perfil do aprendiz, mas o nosso conhecimento desse perfil do aprendiz, não tem levado em conta os direitos do aprendiz facto que apresentei numa reunião em Bruxelas da Associação Internacional doméstique appliqués, onde resolvi aprofundar e provocar mais reflexões para definição do que constituirá os direitos linguísticos dos aprendizes à luz dos direitos linguísticos. Isto pressupõe um conhecimento sobre os direitos linguísticos a nível individual, grupal e nacional, indo do nível micro ao macro. Esta proposta parece-me ter provocado uma reflexão, e um debate. Já começa a tomar vulto, e eu penso ser de insistir neste colóquio em que uma das secções do Seminário abordará a problemática da criatividade, vis-à-vis ao problema dos direitos linguísticos individuais, grupais ou nacionais. São três domínios, cuja simples enumeração já conduz a uma óptica, uma perspectiva diferente: direitos, interesses e, necessidades do aprendiz. Até aqui as necessidades têm sido formuladas pelos construtores, ou idealizadores dos materiais didácticos, do domínio do professor, do idealizador, do criador de materiais, então penso que se invertermos o processo iremos discutir, identificar, formular para cada país, para cada contexto, ou contextos, como e o que são esses direitos linguísticos, verificar até que ponto são respeitados, até que ponto são reconhecidos. Eu acabo de vir da Itália, onde estivemos durante 4 dias reunidos em Veneza, para um Simpósio

sobre Educação Plurilingui, organizado pela Unesco, a Associação Internacional de Linguística Aplicada, e a Universidade de Veneza. Deliberou-se nas conclusões do encontro, usar um texto básico elaborado por mim para Unesco, onde eu propunha uma declaração universal dos direitos linguísticos do indivíduo que complementaria a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Nessa declaração há um espaço para os direitos culturais mas nunca se explicitou ou talvez nunca se sentiu a necessidade de explicitar os direitos linguísticos num texto da carta das Nações Unidas. A versão em língua portuguesa está aqui (desta declaração dos direitos linguísticos), em que se faz um apelo, a favor de uma declaração universal dos direitos linguísticos do indivíduo. O texto dessa declaração é o seguinte:

«Por reconhecer que a aquisição, aprendizagem e uso de uma ou mais línguas, constitui factor crucial do desenvolvimento cognitivo linguístico do indivíduo, bem como de sua auto-afirmação e auto-realização sócio-cultural, educacional e política, consciente da necessidade de estimular e incrementar a percepção tanto nacional quanto internacionalmente de que o respeito aos direitos linguísticos da pessoa humana deve ser objecto de orientação sistemática dos diferentes contextos científicos, culturais e educacionais, faz-se um apelo para que se elabore e adopte, uma declaração dos direitos linguísticos individuais, que possa servir de instrumento eficaz na luta contra o preconceito linguístico, a discriminação, a rejeição e outras manifestações de injustiça e de opressão linguísticas que infelizmente ocorrem em âmbito mundial. Numa variedade de contextos, no lar, na escola, no trabalho, no local de lazer, procurando ir bem além da elaboração de um texto de uma declaração, procurar-se-ia provocar mudanças de atitudes, e acções, de indivíduos e grupos, perante outros usuários de línguas ou variedades destas. Salienta-se a urgência com que se deveria disseminar uma declaração dessa natureza resultante de um trabalho de interdisciplinistas seriamente engajados em pesquisas básicas e aplicadas e convictos de que a toda a pessoa como usuário de uma língua deve assegurar-se o seu direito de desfrutar plenamente a sua competência e a sua potencialidade comunicativas e expressivas. Dirige-se este apelo à UNESCO e a todas as organizações internacionais ou nacionais empenhadas na solução dos problemas da educação linguística bem como na preservação da dignidade e da equidade linguísticas do ser humano, a fim de que colaborem na elaboração, distribuição e activação, da declaração aqui proposta.»

A partir desta ideia embrionária, publiquei um texto que está na revista «Vozes da Cultura» que aqui deixo e outro da revista «Interacção», este já voltado para os problemas específicos dos direitos linguísticos do aprendiz, e, dentro os direitos linguísticos do aprendiz, o direito enfim, de alfabetização que é consagrado já na carta das Nações Unidas, o direito de toda a pessoa ser assegurada a educação. Educação alto senso, não especificamente a educação linguística, em que temos que reconhecer o direito à compreensão, o direito a versatilizar a competência estilística, o direito à educação linguística complementar, no caso de pessoas que não têm acesso ou condições de aprendizagem num contexto formal poder-se-ia até preconizar o direito a uma educação linguística a distância quer dizer atribuir-se uma condição de verdadeiro direito à aprendizagem, um aprimoramento de sua competência em língua materna, e que só uma Universidade Aberta pode, efectivamente, oferecer, Voltando agora depois desta digressão de complemento, ao nosso Seminário de São Paulo, neste Seminário nós abordaremos três, uma tria de temas: três temas centrais a depender das respostas que obtivermos para participação. Vamos tentar explorar estes três caminhos:

A — **Perspectivas interdisciplinares sobre criatividade** e aí partindo mesmo do nível mais geral até chegarmos ao mais específico, quer dizer do geral ao particular; quais as perspectivas interdisciplinares sobre criatividade, aspectos psicológicos linguísticos, tecnológicos, sociológicos, educacionais; que perspectivas estão sendo delineadas e concretizadas, exploradas ou perseguidas, no âmbito interdisciplinar, quer dizer, o que os interdisciplinaristas estão a fazer, o que é que se está fazendo nesta área, e às vezes desenvolve-se uma psicologia social da criatividade muito voltada para a motivação intrínseca.

B — **Identidade Cultural e Desenvolvimento Endógeno**, como é possível correlacionar o desenvolvimento sócio-político económico do país e esforços de promoção, de reafirmação da identidade cultural factor muito importante nos países como o Brasil, que sofrem o impacto e o efeito, e as consequências das metodologias, de pacotes enfim, um país que ainda está muito vulnerável a imposições de ordem metodológica.

C — **a Tecnologia Criativa na Metodologia** do Ensino de Línguas, o que está sendo produzido a nível de criação realmente inovadora, na metodologia do ensino as línguas quais os materiais, quais os programas software, que procedimentos, que estratégias, estão sendo utilizadas nessa metodologia, que tipo de tecnologia está sendo utilizada. Depois da minha vinda aqui ao Instituto Português de Ensino a Distância eu me convenço e vou imediatamente transmitir ao secretário-geral Eddy Roussel da necessidade de nós abrirmos um espaço maior para se discutir a criatividade, os usos criativos da tecnologia no Seminário para que possa assegurar uma abrangência a este Seminário. Sobre os micro problemas, pode dizer-se que nas primeiras consultas feitas à secretaria-geral de AIMAV em São Paulo se revelavam já alguns interesses específicos de problemas que possivelmente serão abordados em trabalhos, como por exemplo a própria caracterização de criatividade nos contextos formal e informal de aprendizagem; como é que se pode chegar a uma caracterização; quais são os traços definitórios, como poderíamos caracterizar o que é a criatividade em contextos formal e informal; como caracterizar a criatividade do aprendiz, usuário de língua materna; como é que em determinados contextos de sistemas educacionais é visto o usuário, se o usuário na cultura é visto como possuindo um capital, ou um património que deve ser aprimorado qualitativa e quantitativamente ou é visto como apenas um consumidor de procedimentos, de regras, de naturezas dogmáticas, quer dizer de regras prescritivas; como é que em cada cultura ou em algumas culturas tem sido caracterizado o usuário de uma língua materna se o usuário é visto como possuidor de direitos linguísticos, e a ele são oferecidas condições para concretizar alguns desses direitos, ou se ele está à mercê do sistema e por isso deixa de ser criativo como poderia. Outro problema para o qual certamente a Universidade Aberta pode dar uma contribuição muito significativa é a elaboração criativa de material didáctico, no que constitui criação efectivamente de material didáctico, até onde se pode distinguir uma produção criativa de uma produção convencional; como esse processo criativo pode ser objecto de análise e até de avaliação se for possível. Uma parte do Seminário poderá também focalizar um problema permanente de grande interesse, sempre aberto, que é o da formação do professor, segundo perspectivas que romperiam com as directrizes e os padrões até então habitualmente consagrados nas Faculdades de Letras no Brasil. A partir deste problema já se pode questionar uma série de acções como uma tentativa feita para a reforma do curriculum de letras. Nós estamos repensando, inclusive, num curriculum de letras no Brasil e um aspecto realmente que deve ser modificado é o da formação do professor, o treinamento inicial e a formação do professor, segundo uma visão mais pluralista e intercultural. Por exem-

plo, fala-se do professor como de um animador cultural: até que ponto é viável, e desejável, em que contextos um professor de línguas deve ser um animador intercultural. No que diz respeito às contribuições da tele-educação, é desejável e é possível que no séc. XXI isso se venha a concretizar, o professor terá como pré-requisito, receber algum treinamento ou formação em tele-educação para que possa desenvolver-se como animador intercultural e não apenas director ou supervisor da interacção em sala de aula. Tudo isto pode ser objecto de discussão na formação do professor, saber em que medida uma formação de base intercultural e televisiva pode contribuir, para a formação de um professor mais criativo. Temos ainda a contribuição das artes, a criação de produtos e programas o que se reveste de um aspecto importante, e aí nós atrairíamos artistas brasileiros das artes plásticas para verificar até que ponto um artista é integrável numa equipa de criação, até que ponto pode contribuir para uma metodologia. Nós tivemos essa experiência em São Paulo, na produção de um programa. Trata-se de uma abordagem ecológica à aprendizagem do inglês para pré-adolescentes brasileiros; constituiu o grande rompimento com a metodologia até então consumista no Brasil. Quando Easeji resolveu reunir uma equipa e reuniu artistas, pessoal de telecomunicação, astrologia, metodologia, ensino de inglês e ecologistas, produziu-se um programa de seis partes que veio a ser conhecido como abordagem ecológica aprendizagem de inglês, para pré-adolescentes brasileiros e verificou-se que a contribuição dos artistas foi realmente inestimável e até indispensável.

As Faculdades de Letras, no Brasil não suprem porque a interdisciplinaridade é algo ainda muito utópico, teoriza-se muito a respeito disso, mas na prática não há convivência dos especialistas das mais diversas disciplinas. Talvez só possa ser feita ou tenha sido feita em contextos como este aqui do Instituto Português de Ensino a Distância e em que há uma dimensão, um desafio maior. Dentro das Universidades onde tenho uma experiência já razoável por ter sido o primeiro professor de linguística no Nordeste do Brasil, eu fui o primeiro professor de linguística da Pontífice da Universidade Católica de São Paulo, e professor na Universidade de São Paulo percebe-se que dentro do contexto da Universidade concebida como uma Universidade tradicional, tem sido difícil concretizar esses anseios de interdisciplinaridade.

Neste Seminário as gramáticas pedagógicas e os usos criativos da língua materna também serão contemplados. Procuraremos atrair gramáticos para discutir a problemática da prescrição gramatical, da descrição gramatical, a construção das gramáticas pedagógicas, que é hoje um problema muito sério no nosso contexto, pois temos uma tradição de gramáticas excessivamente prescritivas e ainda precisamos de começar a criar condições para aquilo que eu chamo gramática do usuário, uma gramática muito mais voltada para os direitos linguísticos do usuário, para as necessidades comunicativas do usuário. Recentemente fiz uma resenha dessa gramática, a gramática da língua portuguesa, de Maria Helena Mira Mateus e na conclusão da minha resenha, eu dizia que agora ficaremos aguardando, na expectativa de um trabalho que possibilite ao usuário fazer a transição daquele conhecimento descritivo explicativo, que é importante, que o usuário de nível universitário precisa de conhecer, precise ter um conhecimento sólido, descritivo, explicativo de sua língua materna, mas também precisa saber operacionalizar esse conhecimento em benefício do seu desenvolvimento estilístico, para que possa resolver problemas comunicativos, na sua vida social ou profissional. Será este um aspecto que será também discutido: que dimensão da criatividade pode ser explorada, na construção das gramáticas pedagógicas, ou das gramáticas não escolares.

Eu estou a colocar aqui no texto que aqui deixei em francês, e onde vou incluir um item logo que voltar do Brasil, São Paulo, para que seja incluído esta parte na relação de problemas prioritários a serem discutidos. Julgo que a sensibilização intercultural e o ensino a distância criativo, por perceber depois que os li, alguns dos documentos do Prof. Rocha Trindade, como da Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Emília Ricardo Marques. Foi a parte destes documentos que examinei cuidadosamente, que eu percebi claramente que este aspecto tem que ser salientado, e merecer um espaço maior. O Ensino a Distância criativo e a sensibilização intercultural e ainda a sensibilização quanto a variação linguística. No texto que eu recebi, preconiza a criação de um estudo de intercâmbio entre as variantes nacionais do português, um aspecto que a meu ver deveria merecer e receber um tratamento especial no nosso Seminário. O ensino do português língua materna, o ensino do português língua segunda ou estrangeira, e as medidas para a sensibilização de professores e, a sensibilização dos alunos. Julgo que só através de uma tecnologia como a que oferece a Universidade Aberta, é que poderemos chegar a iniciar um programa de sensibilização.

Na visita aos Estados Unidos o ano passado, tomei conhecimento de um projecto para o qual me convidaram para a consultoria, de elaboração de telenovelas, será uma telenovela brasileira, adaptada, será produzida pela rede Globo de televisão, em que eles darão um «know how», mas a orientação pedagógica, linguística, cultural, será da responsabilidade de um grupo norte-americano da Universidade no México, da Flórida, Wasghinton. Através dessas telenovelas estes estimulam ou pelo menos incentivam a aprendizagem de língua portuguesa, em Universidades onde até agora quase ou nada se fez. Estou muito curioso de ver os primeiros resultados.

Voltando ao nosso problema, a organização do Seminário: a criatividade ao serviço da didáctica, quer dizer, a criatividade ao serviço do desenvolvimento nacional que é um tema de clima político da área sócio-política educacional. Pergunta-se até que ponto é possível discutir e preconizar programas, processos e produtos criativos que contribuam de algum modo para o desenvolvimento nacional. Embora possa parecer muito, dar tal amplitude, são no entanto algumas das ideias ou directrizes ou linhas básicas, que nortearam este Seminário em São Paulo. Em essência nós queremos atrair a participação de países não só de língua portuguesa, mas espanhola também. Insisti muito em que mantivéssemos o espanhol porque, uma coisa que eu tenho constatado os encontros internacionais, o domínio da língua inglesa é esmagador, a exemplo do que aconteceu agora em Veneza, num evento realizado pela perfeitura de Veneza, pela Universidade, as línguas oficiais eram o inglês e o francês. Mesmo os italianos tiveram que recorrer, ou curvar-se à hegemonia da língua inglesa, são circunstanciais que incomodam quando a gente acredita numa política de pluralismo e vê, que na prática, as coisas nem sempre correspondem a uma visão de pluralismo de intercultural.

Neste congresso da AIMAV eu insisti, que se fosse aberto também aos países de língua espanhola porque, nós temos uma proximidade geográfica e a linguística não pode ser esquecida.

As línguas oficiais serão o português, o espanhol, o francês e o inglês, enfim as duas línguas com a língua dominante em último lugar. O veículo que divulgará internacionalmente o Seminário, é a própria revista *Interacção*, que já circula em todo o Brasil e em alguns países começa a circular, e também através da imprensa, devemos ter apoio da UNESCO, apesar da UNESCO estar com muitas dificuldades financeiras.

ras. Como será a primeira vez que se realizará no Brasil um Seminário desta natureza, e acredito que nós possamos obter algum auxílio, e portanto vamos também pleitear auxílio junto ao Conselho Nacional de Pesquisas, e outras agências financiadoras brasileiras.

Bom, feita esta apresentação para não ficar em monólogo, esse monopólio monológico, eu quero colocar-me à disposição de todos para esclarecimentos e perguntas que forem do vosso interesse.

**PROF. GOMES DE MATOS**

Professor Catedrático em Recife, tendo desenvolvido uma acção ponderante no Instituto de Línguas Jazigy de São Paulo. São notáveis os trabalhos de investigação e linguística teórica e aplicada publicados alguns na AILA AIMZAV.